



TRT
21ª Região

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21.ª REGIÃO

CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL SUPERIOR

CARGO

1

TURNO

MANHÃ

**ANALISTA JUDICIÁRIO — ÁREA: JUDICIÁRIA
ESPECIALIDADE: EXECUÇÃO DE MANDADOS**

Caderno de Provas

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
A alegria compartilhada é uma alegria dobrada.
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros, que expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse* e que **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 A Declaração Universal dos Direitos Humanos, com
um preâmbulo de sete “considerandos” e com trinta artigos, é
um documento histórico, uma carta de intenções e também uma
4 denúncia de tudo o que, ao longo de milênios, a humanidade
deixou de fazer. Hoje, a sexagenária declaração ainda é muito
boa, mas tem lacunas, resultantes de sua temporalidade, e
7 precisa ser acrescida, complementada, aperfeiçoada, além de
ser cumprida — é óbvio —, afirmando novos valores, que
atendam a novas demandas e necessidades.

10 A declaração não previu que o desenvolvimento
capitalista chegasse à sua atual etapa de globalização e de
capitais voláteis, especulativos, que, sem controle, entram e
13 saem de diferentes países, gerando instabilidade permanente
nas economias periféricas. Talvez fosse o caso de se afirmar,
agora, o direito das nações de regulamentarem os investimentos
16 externos e de se protegerem contra a especulação internacional,
que fragiliza e subordina economias nacionais. Não é
admissível que grupos privados transnacionais — não mais do
19 que três centenas —, com negócios que vão do setor produtivo
industrial ao setor financeiro, passando pela publicidade e pelas
comunicações, sejam, na verdade, o verdadeiro governo do
22 mundo, hegemonizando governos e nações, derrubando
restrições alfandegárias, impondo seus interesses particulares.
A declaração, marcadamente humanista e sociopolítica, não
25 imaginou o neoliberalismo deste fim de século, com sua “des-
historicização” do tempo, com sua despolitização da vida, com
seu messianismo consumista, com a entronização da economia
28 de mercado como uma “fatalidade” natural, irreversível, fora da
qual não há possibilidades, com um *laissez faire* que significa
exclusão.

Francisco Alencar. *Para humanizar o bicho homem*. In: Francisco Alencar (Org.).
Direitos mais humanos. Brasília: Garamond, 2006. p. 17-31 (com adaptações).

No que se refere às ideias, à organização, bem como aos aspectos gramaticais do texto acima, julgue os itens de 1 a 11.

- 1 No trecho “não mais do que três centenas” (ℓ.18-19), o emprego de palavra de negação e da expressão “três centenas”, em vez de **trezentos grupos**, atenua o tom de denúncia que predomina no período em que o trecho está inserido.
- 2 O trecho “vão do setor produtivo industrial ao setor financeiro, passando pela publicidade e pelas comunicações” (ℓ.19-21) pode, sem prejuízo para a correção gramatical e a interpretação do texto, ser reescrito da seguinte maneira: incluem setores desde o produtivo industrial até o financeiro e transitam pelos da publicidade e das comunicações.
- 3 De acordo com a argumentação do texto, os ‘considerandos’ (ℓ.2) representariam — no que se refere a “tudo o que (...) a humanidade deixou de fazer” (ℓ.4-5) — um preâmbulo explicativo e, assim, justificariam o fato de a declaração ser considerada também “uma denúncia” (ℓ.3-4).
- 4 Mantendo-se os sinais de pontuação empregados no trecho, a estrutura sintática “com um preâmbulo de sete ‘considerandos’ e com trinta artigos” (ℓ.1-2) pode ser substituída, sem prejuízo da correção gramatical, por **contendo um preâmbulo com sete ‘considerandos’ e trinta artigos**.

5 A oração “A declaração não previu” (ℓ.10) poderia ser corretamente reescrita da seguinte forma: Na declaração, não se previu.

6 Atenderia à norma gramatical a substituição da forma verbal “há” (ℓ.29) por **existem**.

7 De acordo com o texto, a inclusão do “direito das nações de regulamentarem os investimentos externos e de se protegerem contra a especulação internacional, que fragiliza e subordina economias nacionais” (ℓ.15-17) na declaração a corrigiria quanto ao lapso temporal.

8 É coerente com a argumentação do texto relacionar “novas demandas” (ℓ.9) a enfraquecimento dos países, em decorrência da transnacionalização do capital.

9 A expressão “messianismo consumista” (ℓ.27) modifica o termo “despolitização da vida” (ℓ.26).

10 Preservam-se a correção gramatical e o sentido original do texto ao se substituir “sem controle” (ℓ.12) por **aleatoriamente**.

11 A correção gramatical do texto seria mantida caso o trecho “Não é admissível” (ℓ.17-18) fosse substituído por **Não se admitem**.

Julgue os itens a seguir, que se referem às normas de redação oficial e da língua escrita padrão.

12 Memorando, ofício e aviso, expedientes da comunicação oficial que servem ao mesmo propósito funcional, são usados, geralmente, no padrão formal denominado “padrão ofício”, em virtude de poderem adotar a mesma diagramação na distribuição das partes.

13 Estaria gramaticalmente correto e atenderia às normas de redação oficial o seguinte texto escrito por servidor público de um tribunal: No Parágrafo único, do Art. 198, título V, dispõe que o Vice-Presidente do Tribunal vai solicitar que sejam colocados servidores à sua disposição para auxiliar nos trabalhos de organização, revisão e preparo da revista.

14 Se a administração de um tribunal resolvesse editar portaria que atendesse a determinação constante no Título V do seu Regimento Interno, que trata da Galeria dos Presidentes, o texto abaixo estaria adequado, pois atende às normas de redação oficial e está gramaticalmente correto.

RESOLVE

DESIGNAR, João de Sousa Dias para compor COMISSÃO que efetuará estudos de fotografias e após, apresentará Projeto de AFIXAÇÃO de fotos presidenciais para integrar o espaço da Galeria dos Presidentes.

1 No século XIX, enfatizou-se, nos mais diversos
domínios, a busca de explicações sobre as origens — dos
homens, das sociedades, das nações. Foi dentro desse quadro
4 que se procurou conhecer e dar sentido explicativo ao Brasil,
enfatizando-se ora aspectos selvagens e naturais, ora aspectos
civilizados — civilização *versus* barbárie.

7 À natureza se conferiu papel importante nas
representações que foram sendo elaboradas ao longo de sua
história — natureza em grande parte tropical, que, ao mesmo
10 tempo em que seduz, desconcerta. Ora, se o mundo civilizado
é visto como distante e pensado como contraponto ao mundo
natural, o Brasil, consideradas a sua natureza e a sua população
13 em meio a essa natureza, encontrava-se perigosamente afastado
da civilização.

O ponto de partida desse enfoque tomou como
16 contraposição dominante os polos estabelecidos a partir de
cidade e campo — luz e treva, civilização e barbárie, oposição
que faz parte, também, de um contexto mais amplo, com a
19 identificação da cidade com técnica e artificialidade —, a
cidade como expressão do maior domínio da natureza pelo
homem, espaço diferenciado, destinado ao exercício da
22 civilidade; o campo como símbolo da rusticidade, do não
inteiramente civilizado, espaço intermediário entre a civilização
e o mundo natural propriamente dito.

25 Ora, se o campo se encontra mais perto do natural,
pode ser associado à paz, à inocência, à virtude, a cidade,
então, por sua vez, seria a expressão de “barbárie” — e isso
28 deriva do entrelaçamento de significados que podem ser
atribuídos aos qualificativos, ou seja, aos polos, a depender do
sentido que se lhes atribui ou ao sentimento a eles associado,
31 ou, ainda, ao que está, momentaneamente, sendo entrevisto.
As formas de representação realizam outras mediações,
constituem outras projeções e, carregadas de dubiedade e
34 ambivalência, podem alcançar o homem (cidade *versus* campo;
intelecto *versus* coração; razão *versus* sensibilidade), o povo,
a Nação. No século XIX, o Brasil foi representado como um
37 verdadeiro caleidoscópio.

Márcia Regina Capelar Naxara. *Cientificismo e sensibilidade romântica*.
Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2004, p. 24-35 (com adaptações).

Com relação ao texto acima, julgue os itens de 15 a 24.

- 15 Mesmo relatando aspectos subjetivos, o que é feito a partir de um enfoque classificatório ou tipológico, embasado em aspectos históricos e literários, o texto se apresenta essencialmente objetivo.
- 16 Atenderia à prescrição gramatical o emprego, na linha 1, da forma verbal **foi enfatizada**, em vez de “enfatizou-se”.
- 17 O texto comenta a situação do país, refutando, em sua análise, pressupostos — em sua maioria, inscritos, no texto, por meio de pares opositivos — acerca do caráter do povo brasileiro.

18 Os trechos “se o mundo civilizado é visto como distante e pensado como contraponto ao mundo natural” (l.10-12) e “um verdadeiro caleidoscópio” (l.36-37) reforçam a ideia de dubiedade do enfoque com que se procurou dar um sentido explicativo ao Brasil, no século XIX, o que denunciaria o caráter não científico do texto.

19 Com base na relação de significado que “cidade” (l.17) e “campo” (l.17) mantêm entre si e com “natureza” (l.7), seria coerente com a argumentação do texto estender os sentidos associados às representações “civilização” *versus* “barbárie”, na linha 17, ao par **homem do campo e homem da cidade**.

20 Mantêm-se a correção gramatical e o sentido original do texto ao se substituir “podem ser atribuídos aos qualificativos” (l.28-29) por **atribuem aos qualificativos**.

21 A estrutura sintática “constituem outras projeções” (l.33) pode ser substituída, mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do texto, por **constituindo projeções**.

22 O emprego de acento gráfico no vocábulo “barbárie” deve-se à mesma regra que se observa no emprego de acento em “caleidoscópio”.

23 No período iniciado na linha 10 e no iniciado na linha 25, são usados elementos que introduzem implicação lógica para falsear o conteúdo das proposições.

24 Acarretaria alteração de sentido e prejuízo para a correção gramatical do texto o emprego da vírgula antes da palavra “que” no trecho “oposição que faz parte” (l.17-18).

Acerca dos sistemas operacionais, dos aplicativos de edição de textos, das planilhas e apresentações nos ambientes Windows e Linux, julgue os itens de 25 a 32.

25 Um arquivo cujo nome tem a extensão DOCX contém um documento criado no Microsoft Word e pode ser aberto normalmente por qualquer versão desse aplicativo. Esse tipo de arquivo possui também a versatilidade de permitir a sua abertura em ambiente Linux, utilizando-se a ferramenta BrOffice.

26 Arquivos no formato txt têm seu conteúdo representado em ASCII ou UNICODE, podendo conter letras, números e imagens formatadas. São arquivos que podem ser abertos por editores de textos simples como o bloco de notas ou por editores avançados como o Word do Microsoft Office ou o Writer do BrOffice.

27 No Windows, um arquivo ou pasta pode receber um nome composto por até 255 caracteres quaisquer: isto é, quaisquer letras, números ou símbolos do teclado. Além disso, dois ou mais objetos ou arquivos pertencentes ao mesmo diretório podem receber o mesmo nome, pois o Windows reconhece a extensão do arquivo como diferenciador.

- 28 No Excel, o assistente para criação de gráficos pode ser acessado clicando-se a opção Gráfico no menu  ou clicando-se o ícone correspondente —  — na barra de ferramentas. A seleção dos dados da planilha pode ser feita antes de se ativar o assistente de gráfico ou após.
- 29 Em uma planilha em edição no Calc do BrOffice, se uma célula for preenchida com número e, em seguida, a alça de preenchimento dessa célula for arrastada para células seguintes na mesma linha ou coluna, as células serão automaticamente preenchidas com uma sequência numérica iniciada com número digitado.
- 30 No Linux, o diretório raiz, que é representado pela barra /, e o diretório representado por /dev servem para duas funções primordiais ao funcionamento do ambiente: o primeiro é onde fica localizada a estrutura de diretórios e subdiretórios do sistema; o segundo é onde ficam os arquivos de dispositivos de *hardware* do computador em que o Linux está instalado.
- 31 No Writer do BrOffice, ao se clicar com o botão direito do *mouse* o ícone para criação de um novo arquivo, é oferecida a opção de selecionar, por meio de um *menu dropdown*, o tipo de arquivo que se deseja criar. Se o usuário selecionar, por exemplo, criar uma apresentação, o aplicativo Impress será aberto automaticamente para a criação de uma apresentação.
- 32 No Windows, para excluir um arquivo de um diretório sem que o mesmo seja enviado para a lixeira, é suficiente que o usuário, após selecionar o arquivo no Windows Explorer ou na janela Meu computador, pressione a tecla , em seguida pressione a tecla , com a anterior ainda pressionada, e então confirme clicando Sim na janela que aparecerá; uma outra forma, é arrastando o arquivo para a lixeira, com a tecla  pressionada.
- 33 No Windows XP, o gerenciamento de conexões de rede, presente no *menu* Iniciar ou também por meio da opção de Conexões de rede via Acessórios – Comunicações, permite ao usuário configurar dados do protocolo TCP/IP nas conexões de rede existentes, configurar uma rede local doméstica ou também fazer as configurações do Firewall do Windows.
- 34 Considere a estrutura do seguinte URL hipotético: **www.empresahipotetica.com.br**. Nessa estrutura, os caracteres **br** indicam que o endereço é de uma página de uma organização brasileira e os caracteres **com** indicam que o *sítio web* é de uma empresa especializada no comércio e(ou) na fabricação de computadores.
- 35 O protocolo SMTP permite que sejam enviadas mensagens de correio eletrônico entre usuários. Para o recebimento de arquivos, podem ser utilizados tanto o protocolo Pop3 quanto o IMAP.
- 36 Se um usuário enviar um *email* para outro usuário e usar o campo cc: para enviar cópias da mensagem para dois outros destinatários, então nenhum destinatário que receber a cópia da mensagem saberá quais outros destinatários também receberam cópias.
- 37 No Internet Explorer 8 (IE8), ao se clicar o botão , é iniciado o carregamento da mesma página que é exibida quando o IE8 é iniciado. O IE8 possui funcionalidade que permite que o usuário redefina qual deve ser essa página.
- 38 No governo e nas empresas privadas, ter segurança da informação significa ter-se implementado uma série de soluções estritamente tecnológicas que garantem total proteção das informações, como um *firewall* robusto que filtre todo o tráfego de entrada e saída da rede, um bom *software* antivírus em todas as máquinas e, finalmente, senhas de acesso a qualquer sistema.
- 39 No *sítio web* google.com.br, se for realizada busca por “**memórias póstumas**” — com aspas delimitando a expressão **memórias póstumas** —, o Google irá realizar busca por páginas da Web que contenham a palavra **memórias** ou a palavra **póstumas**, mas não necessariamente a expressão exata **memórias póstumas**. Mas se a expressão **memórias póstumas** não foi delimitada por aspas, então o Google irá buscar apenas as páginas que contenham exatamente a expressão **memórias póstumas**.
- 40 Um *hub* é um equipamento que permite a integração de uma ou mais máquinas em uma rede de computadores, além de integrar redes entre si, com a característica principal de escolher qual é a principal rota que um pacote de dados deve percorrer para chegar ao destinatário da rede.

RASCUNHO

Suponha que determinado partido político pretenda ter candidatos próprios para os cargos de governador, senador e deputado federal e que tenha, hoje, 5 possíveis nomes para o cargo de governador, 7 para o cargo de senador e 12 para o cargo de deputado federal. Como todos os pré-candidatos são muito bons, o partido decidiu que a escolha da chapa (governador, senador e deputado federal) será por sorteio. Considerando que todos os nomes têm chances iguais de serem escolhidos, julgue os itens seguintes.

- 41 Considerando que Mariana seja pré-candidata ao cargo de governador e Carlos seja pré-candidato ao cargo de senador, então a probabilidade de que a chapa sorteada ou não tenha o nome de Maria ou não tenha o nome de Carlos será inferior a 0,75.
- 42 Caso João e Roberto sejam pré-candidatos ao cargo de senador e Maria e Ana sejam pré-candidatas ao cargo de deputado federal, a chance de que a chapa sorteada tenha qualquer um desses nomes será maior que 49%.
- 43 A probabilidade de uma chapa ser sorteada é maior que $\left(\frac{1}{20}\right)^2$.
- 44 Considerando que José seja um dos pré-candidatos ao cargo de governador, a probabilidade de que José esteja na chapa sorteada será maior que 0,1.

O sustentáculo da democracia é que todos têm o direito de votar e de apresentar a sua candidatura. Mas, enganoso é o coração do homem. Falhas administrativas e maior tempo no poder andam de mãos dadas. Por isso, todos precisam ser fiscalizados. E a alternância no poder é imprescindível. Considerando o argumento citado, julgue os itens subsequentes.

- 45 Esse é um argumento válido.
- 46 A sentença “Falhas administrativas e maior tempo no poder andam de mãos dadas” é uma premissa desse argumento.
- 47 A afirmação “E a alternância no poder é imprescindível” é uma premissa desse argumento.

Uma empresa incentiva o viver saudável de seus funcionários. Para isso, dispensa mais cedo, duas vezes por semana, aqueles envolvidos em alguma prática esportiva. Aproveitando a oportunidade, Ana, Bia, Clara e Diana decidiram se associar a uma academia de ginástica, sendo que escolheram atividades diferentes, quais sejam, musculação, ioga, natação e ginástica aeróbica. O intuito é manter a forma e, se possível, perder peso. No momento, o peso de cada funcionária assume um dos seguintes valores: 50 kg, 54 kg, 56 kg ou 60 kg. O que também se sabe é que:

- (a) Ana não faz musculação e não pesa 54 kg.
 (b) Bia faz ioga e não tem 50 kg.
 (c) A jovem que faz musculação pesa 56 kg e não é a Clara.
 (d) A jovem com 54 kg faz natação.

Com base nessas informações, é correto afirmar que

- 48 Diana faz musculação.
 49 Bia é mais pesada que Clara.
 50 o peso de Ana é 56 kg.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens a seguir, acerca da Constituição Federal de 1988 (CF).

- 51 No controle de constitucionalidade por via de exceção, a inconstitucionalidade não diz respeito diretamente ao objeto principal da lide, mas, sim, à questão prévia, tida como indispensável ao julgamento de mérito. Em razão disso, a decisão tem efeito *inter partes*, já que o ato normativo ou a lei permanecem válidos e com força obrigatória em relação a terceiros.
- 52 A República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, entre outros, pelos princípios dos direitos humanos, da autodeterminação dos povos, da igualdade entre os Estados, da defesa da paz, da solução pacífica dos conflitos, do repúdio ao terrorismo e ao racismo, da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, do duplo grau de jurisdição, da concessão de asilo político e da independência funcional.
- 53 As normas constitucionais de eficácia contida ou relativa restringível têm aplicabilidade plena e imediata, mas podem ter eficácia reduzida ou restringida nos casos e na forma que a lei estabelecer.
- 54 Pelo princípio da máxima efetividade ou da eficiência, a interpretação constitucional deve ser realizada de maneira a se evitem contradições entre as normas da CF.

No que concerne aos direitos e às garantias fundamentais, julgue os itens que se seguem.

- 55 Compete à justiça comum o processo e o julgamento de ações de indenização por dano moral decorrente de acidente de trabalho propostas por empregado contra empregador.
- 56 Na impetração do *habeas data*, o interesse de agir configura-se diante do binômio utilidade-necessidade dessa ação constitucional, independentemente da apresentação da prova negativa da via administrativa.
- 57 O duplo grau de jurisdição consubstancia garantia constitucional
- 58 Certa vez, em discurso no Parlamento britânico, Lord Chatan afirmou: “O homem mais pobre desafia em sua casa todas as forças da Coroa. Sua cabana pode ser muito frágil, seu teto pode tremer, o vento pode soprar entre as portas mal ajustadas, a tormenta pode nela penetrar, mas o rei da Inglaterra não pode nela entrar”. Essa assertiva desnuda o direito fundamental da inviolabilidade de domicílio que, no Brasil, somente admite exceção — permitindo que se adentre na casa do indivíduo, sem seu consentimento — no caso de flagrante delito ou desastre ou para prestar socorro, ou, ainda, por determinação judicial durante o dia, e, à noite, na hipótese de flagrante delito ou desastre ou para prestar socorro.
- 59 São brasileiros natos aqueles nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir no Brasil e optem, no período de dois anos, pela nacionalidade brasileira.
- 60 O voto, que deve ser exercido de forma direta, apresenta os caracteres constitucionais de personalidade, obrigatoriedade, liberdade, sigiliosidade, igualdade e periodicidade. A igualdade revela-se no fato de que todos os cidadãos têm o mesmo valor no processo eleitoral.

Com relação à organização político-administrativa do Estado brasileiro e quanto aos Poderes Executivo e Legislativo, julgue os próximos itens.

- 61 Se o presidente da República atentar contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais estará praticando ato que caracteriza crime de responsabilidade.
- 62 Matéria referente a nacionalidade e a cidadania pode ser objeto de lei delegada.
- 63 O Tribunal de Contas da União é órgão auxiliar e de orientação do Poder Legislativo, e a este Poder se subordinando, ao qual incumbe a prática de atos de natureza administrativa concernentes à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União.
- 64 Constitui competência concorrente entre União, estados e Distrito Federal legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.

Em relação aos princípios administrativos e aos serviços públicos, julgue os itens que se seguem.

- 65 O princípio da imutabilidade do regime jurídico é inerente ao regime jurídico dos serviços públicos, razão pela qual os usuários do serviço público e os contratados pela administração têm direito adquirido à manutenção de determinado regime jurídico.
- 66 A possibilidade de encampação da concessão de serviço público constitui um dos exemplos da aplicação do princípio da continuidade do serviço público.

Julgue os itens subsequentes, relativos aos poderes administrativos, à organização administrativa e aos atos administrativos.

- 67 As pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração indireta não podem participar da composição do capital de empresas públicas, já que o capital dessas empresas é inteiramente público.
- 68 Segundo a doutrina, o poder de polícia tanto pode ser discricionário quanto vinculado.
- 69 Os atos administrativos cujos efeitos se exauriram não podem ser revogados, visto que a revogação não retroage, limitando-se a impedir que o ato continue a produzir efeitos.

Julgue o item abaixo, acerca da classificação dos órgãos públicos.

- 70 Quanto à posição estatal, as secretarias estaduais e as municipais são consideradas órgãos públicos subalternos.

No que se refere a servidores públicos e ao regime jurídico dos servidores civis da União, julgue os itens subsecutivos.

- 71 É assegurado ao servidor o exercício do direito de petição, sendo cabível pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão; não se admite, contudo, a renovação do pedido de reconsideração.
- 72 Função, cargo e emprego público são unidades de atribuições para as quais a investidura somente pode dar-se mediante prévia aprovação em concurso público, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

De acordo com o que estabelece a lei que regulamenta o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, julgue o próximo item.

- 73 O administrado tem o direito de ter ciência da tramitação dos processos administrativos nos quais figure na condição de interessado, bem como o direito de ter vista dos autos e o de obter cópias de documentos neles contidos, mediante autorização prévia da autoridade hierarquicamente superior.

Acerca de controle administrativo, julgue o item seguinte.

- 74 O recurso hierárquico impróprio deve ser dirigido à autoridade de outro órgão não integrado à mesma hierarquia do órgão que proferiu o ato.

Com relação ao aviso prévio, julgue os itens que se seguem.

- 75 A existência de cláusula assecuratória nos contratos por prazo determinado assegura às partes a aplicação das regras do contrato sem determinação de prazo, até mesmo no que tange ao aviso prévio.
- 76 A redução da jornada em duas horas, no curso do aviso prévio, enquadra-se em uma das hipóteses de interrupção do contrato de trabalho.

A cessação do contrato de trabalho é a terminação do vínculo de emprego, com a extinção das obrigações para os contratantes. No que se refere à cessação do contrato de trabalho, julgue os itens a seguir.

- 77 No caso de as partes pactuarem, mediante acordo, a cessação do contrato de trabalho, o levantamento do fundo de garantia de tempo de serviço (FGTS) não será autorizado, mas os salários e as férias vencidas podem ser transacionados, assim como as demais verbas.
- 78 O pedido de demissão do empregado ao empregador e a dispensa do empregado pelo empregador são atos bilaterais.

Considerando que o FGTS foi criado com a finalidade de proporcionar uma reserva de numerário ao empregado, julgue o item subsequente.

- 79 É trintenária a prescrição do direito de reclamar contra o não recolhimento da contribuição para o FGTS, observado o prazo de dois anos para a propositura da ação.

Acerca dos princípios que regem o direito do trabalho, julgue o próximo item.

- 80 Os contratos por prazo determinado, bem como o contrato de trabalho temporário, são exceções ao princípio da continuidade da relação de emprego.

Recursos constituem um instrumento assegurado aos interesses para que, sempre que vencidos, possam pedir aos órgãos jurisdicionais novo pronunciamento sobre a questão decidida.

Amauri Mascaro Nascimento. *Curso de direito processual do trabalho*, 15. ed. São Paulo: LTr, 1994, p. 281.

Com relação a recursos, julgue os itens que se seguem.

- 81 Os prazos fixados para os recursos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho são de oito dias, salvo o caso dos embargos de declaração.
- 82 Assim como no processo civil, no processo do trabalho os recursos repousam na existência comum do efeito suspensivo.
- 83 O prazo para recurso da parte intimada, nos termos da Súmula n.º 197 do Tribunal Superior do Trabalho, começa a correr no primeiro dia útil após a audiência de julgamento, devendo a sentença ser juntada aos autos no prazo de 48 horas, sob pena de intimação da parte.

Acerca de processo de execução, julgue os itens subsequentes.

- 84 A admissibilidade do recurso de revista em processo de execução depende de demonstração inequívoca de violência direta e literal à CF.
- 85 O principal objetivo dos embargos de terceiro consiste na proteção da posse ou da propriedade de quem, não sendo parte no processo, sofrer turbação ou esbulho em decorrência de atos de apreensão judicial. Assim, são também legitimados ativos para a ação de embargos de terceiro o cônjuge e o credor hipotecário, pignoratício ou anticrético, bem como os sócios das empresas executadas.
- 86 A execução deve-se processar na forma menos gravosa ao executado, portanto, na execução provisória, a penhora em dinheiro fere o direito líquido e certo do executado ainda que não exista a nomeação de outros bens à penhora.
- 87 Os embargos à execução devem ser opostos no prazo de cinco dias a contar da juntada aos autos do mandado de penhora e avaliação ou da ciência pelo executado de que o juízo se encontra integralmente garantido.

No que concerne ao instituto da penhora no processo de execução e na execução em geral, julgue os itens a seguir considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

- 88 A impenhorabilidade do bem de família abrange também o imóvel pertencente a pessoas solteiras, separadas e viúvas.
- 89 A penhora do bem de família pertencente ao fiador de contrato de locação viola o direito constitucional à moradia.
- 90 A vaga de garagem que possui matrícula própria no registro de imóveis constitui bem de família e, portanto, não pode ser penhorada.
- 91 É válida a penhora realizada por oficial de justiça em comarca contígua se, ainda que realizada de outro modo, alcançar a finalidade do ato sem causar prejuízos.
- 92 A regra da impenhorabilidade dos livros, máquinas, ferramentas, utensílios, instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão não pode ser estendida às pequenas e microempresas, mesmo que administradas pessoalmente por um sócio apenas.

Acerca do procedimento especial da ação de consignação em pagamento, do litisconsórcio e da prova testemunhal, julgue os itens seguintes.

- 93 No procedimento comum ordinário, após depositar em cartório o rol de testemunhas, pode o autor substituí-las quando, tendo mudado de residência, não forem encontradas pelo oficial de justiça.
- 94 Na ação de consignação em pagamento, é compulsória a procedência do pedido quando decretada a revelia do réu, sendo esta uma imposição do próprio Código de Processo Civil ao juiz.
- 95 Na demanda em que se pretende a declaração de invalidade do ato administrativo que anulou um concurso público, é obrigatória a citação dos demais candidatos como litisconsortes necessários.

A respeito de interpretação, integração e aplicação da lei, julgue os itens a seguir.

- 96** Considere que Marcos, italiano, domiciliado na Itália, pai de dois filhos brasileiros, tenha falecido e deixado dois apartamentos no Brasil. Nessa situação hipotética, os bens podem ser partilhados conforme a lei brasileira.
- 97** O juiz que aplica a um caso concreto norma jurídica prevista para situação semelhante, considerando a identidade de finalidade, utiliza a interpretação extensiva.

Em relação a pessoas, domicílio e atos jurídicos, julgue os itens subsequentes.

- 98** Embora a pessoa jurídica fixe no estatuto o seu domicílio, este não é imutável.
- 99** O abuso de direito enseja responsabilidade civil, sendo suficiente, para que o sujeito possa ser responsabilizado civilmente, que haja provas da intenção de prejudicar terceiro.
- 100** De acordo com o que dispõe o Código Civil, um indivíduo maior de 18 anos de idade que faz uso eventual de entorpecente é considerado relativamente incapaz.

Em relação à história da previdência no Brasil, julgue os itens que se seguem.

- 101** As atuais regras constitucionais impedem que os municípios tenham seus próprios institutos de previdência.
- 102** Até a década de 50 do século XX, a previdência social brasileira caracterizava-se pela existência de institutos previdenciários distintos que atendiam a diferentes setores da economia.
- 103** Com a criação do Instituto Nacional do Seguro Social, foram unificados, nesse instituto, todos os órgãos estaduais de previdência social.

Julgue os itens a seguir, no que se refere ao regime geral de previdência social (RGPS) e ao regime do servidor público.

- 104** Apesar de serem pessoas jurídicas de direito público, os estados que não tiverem regime próprio de previdência social devem contribuir para o RGPS.
- 105** Um servidor efetivo de determinado município que esteja em pleno exercício de seu cargo será obrigatoriamente filiado a pelo menos um regime previdenciário, quer seja o geral se não houver regime próprio, quer seja o dos servidores daquele município, se houver.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao regime previdenciário do servidor público que exerce cargo em comissão.

- 106** O servidor estadual que ocupa apenas um cargo em comissão em órgão estatal deve ser obrigatoriamente contribuinte do RGPS se o estado no qual é servidor não lhe oferecer cobertura previdenciária.
- 107** Se uma pessoa que exerce cargo em comissão for também servidor efetivo do mesmo órgão federal, deve contribuir para o regime do servidor federal com base no total de sua remuneração.

No que concerne à previdência privada e à relação entre os sistemas públicos de previdência, julgue os itens subsequentes.

- 108** A ação do Estado em relação aos planos de previdência privada tem, entre outras, a função de fiscalizar as entidades de previdência complementar e as suas operações e, ainda, a função de proteger os interesses dos participantes e assistidos dos planos de benefícios.
- 109** É vedado aos planos de benefício de instituições de previdência privada de órgãos federais receber recursos da União.
- 110** O regime de previdência privada tem como características ser facultativo e de natureza complementar.

A respeito da organização e direção do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 21.^a Região, bem como do funcionamento do Tribunal Pleno, julgue os itens a seguir.

- 111** Considere que um desembargador tenha tomado posse como vice-presidente do TRT/21.^a Região em cinco de agosto, mas tenha vindo a falecer no dia dez seguinte. Nesse caso, deverá ser realizada nova eleição para preenchimento da vaga, cabendo ao eleito cumprir o tempo restante do mandato do antecessor.
- 112** Na formação do *quorum* mínimo do Tribunal Pleno, não se inclui o presidente.
- 113** Caso dois dos desembargadores presentes em sessão de julgamento do Tribunal Pleno forem primos, o primeiro a votar excluirá a participação do outro no julgamento.

Acerca da convocação de juízes e da ordem do serviço no TRT/21.^a Região, julgue os itens que se seguem.

- 114** Caso se dê entrada em recurso de especial por fax, será considerada como data de seu protocolo a data da recepção do fax pelo TRT/21.^a Região, devendo o original do recurso ser apresentado ao tribunal nos cinco dias seguintes.
- 115** Em processo que discuta matéria de cunho administrativo, o presidente do TRT/21.^a Região será o relator nato.
- 116** Em uma sessão de julgamento, caso o relator do processo seja vencido, findo o julgamento, o presidente deverá proclamar a decisão e redigir o acórdão.
- 117** Caso esteja com acúmulo de processos conclusos fora do prazo para prolação de sentença, o juiz titular de vara do trabalho não deve ser convocado em hipótese de afastamento de desembargador por mais de trinta dias.

Com relação aos processos no TRT/21.^a Região, bem como ao pessoal administrativo e à revista do tribunal, julgue os itens subsequentes.

- 118** Cabe ao vice-presidente do TRT/21.^a Região selecionar matéria destinada à publicação na revista do tribunal, a qual pode incluir manifestação literária, editada pela escola judicial.
- 119** O julgamento do mandado de segurança impetrado contra ato praticado por juiz titular de vara do trabalho é de competência do Tribunal Pleno.
- 120** Servidor ocupante de cargo em comissão submete-se ao regime da dedicação integral ao serviço e pode ser convocado sempre que houver interesse da administração, desde que não ultrapasse o limite de quarenta horas semanais.